



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9877 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

## ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19 EM MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO

Juceli Bengert Lima - Fundação Joaquim Nabuco

Patricia Maria Uchôa Simões - Fundação Joaquim Nabuco

### **ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA DA COVID-19 EM MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO**

#### **Resumo**

O presente texto propõe uma análise das ações das redes municipais de ensino de Pernambuco, no momento inicial da pandemia, quando foram utilizadas estratégias de distanciamento social e suspensão das atividades presenciais nas escolas como forma de evitar ou diminuir o contágio. Para a realização do estudo, foram utilizadas as respostas a um levantamento organizado pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEB) dirigido às Secretarias Municipais, Estaduais e Distrital de Educação, com o objetivo de mapear as orientações e ações desenvolvidas no âmbito da Educação Infantil, no contexto da pandemia de COVID-19. Os resultados evidenciaram os esforços das redes municipais de ensino em Pernambuco de manter as atividades escolares junto as crianças, mesmo que remotas, e de priorizar a busca da proximidade com as famílias, apesar das dificuldades de acesso às tecnologias e da falta de recursos para o investimento na educação pública. Por fim, ressalta-se a importância da iniciativa do MIEB de realizar o levantamento e a necessidade de enfrentamento da pandemia e de suas consequências, a partir da afirmação da identidade da Educação Infantil, como etapa da Educação Básica e como direito da criança.

**Palavras-chave:** Educação Infantil, Pandemia, Atividades Pedagógicas

#### **Introdução**

No contexto das dificuldades trazidas pela pandemia de COVID-19, as redes municipais de ensino, as instituições escolares, os profissionais de Educação Infantil e os pesquisadores da área são chamados a se pronunciarem sobre as novas demandas que esse período de reclusão impõe e, de forma propositiva, analisarem as alternativas já postas em desenvolvimento, no sentido da construção de orientações de políticas e programas de atendimento a essas crianças e suas famílias.

No exercício reflexivo sobre as ações que estão sendo desenvolvidas, há de se levar em conta

a complexidade da sociedade contemporânea e as diversidades entre municípios, setores da população atendida, famílias, crianças, de forma que as atividades a serem desenvolvidas não estejam baseadas em qualquer pensamento essencialista que defina infância, criança, desenvolvimento e educação de forma universal e no singular.

Apesar da recenticidade dos acontecimentos relacionados à pandemia e as medidas e enfrentamento na área da Educação Infantil, identificamos alguns estudos que analisam proposições de atuação pedagógica, apontando limites e desafios para os gestores e profissionais de Educação Infantil. Sem a pretensão de apresentar um exaustivo estado da arte sobre essa temática, apresentamos algumas pesquisas que vêm sendo desenvolvidas e já trazem contribuições para a reflexão do fazer pedagógico nesse momento de crise e pandemia.

Para Cruz, Martins e Cruz (2021) é fundamental que a Educação Infantil mantenha sua identidade e que os profissionais da área assumam o protagonismo na definição das ações a serem desenvolvidas, indicando quais são suas demandas e prioridades para, então, discutir as propostas e alternativas de enfrentamento da crise na educação instalada pela pandemia. Entre as demandas, as autoras destacam o planejamento e a implantação de políticas públicas que envolvam a articulação entre os níveis municipais, estaduais e federal e justificam que, com a chegada da pandemia, houve um grande descompasso entre o governo federal que adotou uma postura de negação ou minimização da gravidade dos efeitos da covid e os governos estaduais e que, em sua maioria, adotaram as orientações da Organização Mundial de Saúde. Esse descompasso fez com que não houvesse acordo sobre a data de retorno das aulas presenciais e os protocolos de cuidados que profissionais, famílias e instituições deveriam ter nesse momento. Outra demanda destacada foi a necessidade de ações intersetoriais, com a escuta e a troca de saberes entre áreas, que partam de uma proposta educacional clara e consistente e identifiquem outros saberes e práticas que possam ser apropriados na construção e organização das atividades.

Sobre as atividades, Coutinho e Côco (2020) também ressaltam que as dificuldades para respeitar as especificidades da Educação Infantil provocaram a decisão, *de modo aligeirado*, pelas redes de ensino e instituições de Educação Infantil, por atividades remotas em substituição às atividades presenciais com as crianças. Segundo as autoras, a inadequação dessa proposta foi evidenciada após a mobilização de associações de pesquisadores, sindicatos e movimentos sociais em defesa da criança e da educação que se fundamentaram nos documentos legais, como a Constituição Federal do Brasil de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil de 2009. Segundo as autoras, a presença dos conhecimentos consolidados da área nesses documentos impulsionou debates e o enfrentamento das ameaças ao direito da educação de qualidade da criança pequena.

Na continuidade, as autoras assinalam um conjunto de interlocuções na pauta da Educação Infantil que trouxeram para o debate premissas basilares para essa etapa do ensino. Primeiramente, a interlocução com as próprias crianças, num movimento de encontro, de escuta e de informação entre a instituição, os profissionais e as crianças. Aliado a esse movimento, as autoras propõem uma intensificação da interlocução também com as famílias, entendendo que a educação das crianças também é direito das famílias, mas que se trata de um grande desafio pelas diversidades e desigualdades que marcam esses encontros. Por fim, ressaltam a importância da interlocução com os profissionais da Educação Infantil, no sentido da valorização desses profissionais, numa discussão que contempla também as questões de gênero e de cuidado da saúde mental e respeito ao trabalho desses profissionais.

O artigo de Campos e Vieira (2020) oferece uma análise das consequências da pandemia na Educação Infantil, tanto nas situações do cotidiano das crianças com a família, quanto no que

se refere ao desenvolvimento do trabalho docente. A análise destaca as grandes desigualdades que já existiam no Brasil e que foram visibilizadas durante a pandemia nas questões que dizem respeito à raça, classe social, região do país, zonas urbanas e rurais. Os resultados apontam como a falta de coordenação e apoio das políticas públicas de saúde e educação nos estados e municípios brasileiros impactaram nas condições de vida das crianças pequenas, agravando os efeitos da pandemia, ao não adotar ações de melhoria das escolas, ampliação do acesso à internet de alunos e professores ou a utilização de canais de televisão ou de rádio para divulgação de medidas de prevenção da contaminação. Por fim, afirmam que a crise pode inspirar mudanças positivas na sociedade com uma nova priorização das políticas de educação e cuidado.

Destacamos alguns elementos que nos pareceram comuns nesses estudos. Primeiramente, a afirmação da identidade da Educação Infantil, como etapa da Educação Básica, direito da criança e com as funções de educar e cuidar. Outro ponto é a necessidade de definição das atividades com a participação dos diferentes atores da comunidade escolar e com a articulação intersetorial e envolvendo os governos municipais, estaduais e federal.

O presente estudo propõe uma análise das ações dirigidas à Educação Infantil nos municípios de Pernambuco durante os primeiros meses de pandemia quando, por orientação da Organização Mundial de Saúde, foram utilizadas estratégias de distanciamento social, na maioria dos casos, com a suspensão das atividades presenciais nas escolas como forma de evitar ou diminuir o contágio.

### **Procedimentos Metodológicos**

Em 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação sinalizou a necessidade de reorganização das atividades acadêmicas como ação preventivas à propagação da COVID-19, na forma que se concretizou no Parecer 5/2020, aprovado em 18 de abril. Os municípios passaram a emitir decretos e orientações para esse enfrentamento, estando a suspensão das atividades escolares a principal forma.

Para o presente estudo, foram utilizadas as respostas a um levantamento organizado pelo MIEIB dirigido às Secretarias Municipais, Estaduais e Distrital de Educação, com o objetivo de mapear as orientações e ações desenvolvidas no âmbito da Educação Infantil, no contexto da pandemia de COVID-19. Os formulários ficaram disponíveis para preenchimento online de 27 de março a 01 de junho de 2020. Para essa análise descritiva foram recortados dos dados brutos, disponibilizados pelo MIEIB em julho de 2020, apenas os relativos ao estado de Pernambuco. Na maioria das questões, mais de um item poderia ser marcado simultaneamente.

### **Análise dos Resultados**

A análise levou em conta as respostas de 117 municípios de Pernambuco que participaram do levantamento do MIEIB, sendo que foram consideradas apenas as questões que tratavam especificamente das ações e orientações direcionadas à Educação Infantil.

Os questionários analisados foram respondidos por secretários(as)/gestores(as) municipais ou por gestores responsáveis pela Educação Infantil nos municípios. Em 95,7% dos municípios, que participaram dessa pesquisa, foi tomada a decisão de suspender totalmente as atividades com as crianças.

Quando questionados sobre as medidas adotadas em relação ao calendário escolar, por ocasião da suspensão das atividades, 63,2% dos municípios suspenderam o calendário letivo para posterior reorganização, os demais mantiveram o calendário, substituindo as práticas

pedagógicas por atividades remotas ou virtuais.

Para a realização das atividades remotas, os respondentes apontaram, principalmente, o uso das redes sociais e aplicativos, mas também foram criados canais de comunicação nas instituições e da secretaria, como apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1: Meios utilizados nas atividades remotas**

Itens propostos	Nº	%
Canais de comunicação da instituição ou da secretaria	27	23,1
<b>Redes Sociais e Aplicativos (Facebook, Instagram, WhatsApp)</b>	<b>91</b>	<b>77,8</b>
Rádio	07	6,0
Televisão	02	1,7
Outro	23	19,7
Não se aplica	28	23,9

As atividades propostas foram direcionadas, principalmente, às famílias, entretanto, alguns municípios encaminharam atividades diretamente às crianças, conforme Tabela 2.

**Tabela 2. Para quem foram direcionadas as atividades remotas**

Itens propostos	Nº	%
Diretamente às crianças	25	21,4
<b>Por meio de orientações às famílias</b>	<b>96</b>	<b>82,1</b>
Não se aplica	28	23,9

As atividades propostas foram elaboradas principalmente pela equipe de professores(as), e pela equipe da Secretaria, mas também foram utilizados materiais que já estavam sendo adotados antes da pandemia, conforme pode ser observado na Tabela 3.

**Tabela 3: Elaboração das propostas**

Itens propostos	Nº	%
<b>Foram elaboradas pela equipe de professores/as</b>	<b>89</b>	<b>76,1</b>
<b>Foram elaborados pela equipe da Secretaria</b>	<b>72</b>	<b>61,5</b>
Fazem parte de materiais já adotados	30	25,6
Estão disponíveis na internet	16	13,7
Não se aplica	28	23,9

Quando questionados sobre as principais dificuldades enfrentadas naquele período de pandemia, em relação aos profissionais de educação, destaca-se a falta de formação para o uso de tecnologias e mídias diversas, seguida pela dificuldade em organizar materiais acessíveis para atender as crianças da Educação Especial e em acessar os meios digitais, conforme Tabela 4.

**Tabela 4: Dificuldades relativas a profissionais de educação**

Itens propostos	Nº	%
<b>Acesso aos meios digitais</b>	<b>73</b>	<b>62,4</b>
<b>Formação para uso de tecnologias e mídias diversas</b>	<b>90</b>	<b>76,9</b>

Compatibilização dos trabalhos domésticos com o trabalho remoto	38	32,5
<b>Organizar materiais acessíveis demandados às crianças da Educação Especial</b>	<b>79</b>	<b>67,5</b>

Em relação às dificuldades enfrentadas pela gestão propriamente dita, a principal foi a regulamentação da carga horária anual e dias letivos apontada por 70,1% dos respondentes. A falta de recursos financeiros e insuficiência de pessoal para atividades essenciais foram indicadas, respectivamente, por 42,6% e 25,6% dos(as) gestores(as).

### **Algumas Considerações**

Destacamos os esforços das redes municipais de ensino em Pernambuco de manter as atividades escolares junto as crianças, mesmo que remotas, e de priorizar a busca da proximidade com as famílias.

Compreendemos que a situação da crise sanitária fez emergir as desigualdades e vulnerabilidades presentes na sociedade, de uma forma geral, e na educação pública, em particular, de forma que, de um lado, a necessidade de atendimento remoto encontrou a falta de ferramentas tecnológicas e acesso às redes de comunicação e, por outro, a ausência de formação e letramento digital dos profissionais de educação esbarraram com a falta de recursos públicos para investimento na educação.

Diante dessa situação, que anuncia grandes repercussões na qualidade da educação, ressaltamos a importância da iniciativa do MIEIB em realizar este levantamento de informações que permitem a sistematização de dados para subsidiar a formulação de políticas e a retomada das práticas educativas nas instituições escolares.

Por fim, nos associamos às preocupações do MIEIB em afirmar a identidade da Educação Infantil, como etapa da Educação Básica e como direito da criança, e nos colocamos no movimento de enfrentamento da pandemia e de suas consequências, procurando contribuir para a reorganização das políticas e práticas da Educação Infantil no país.

### **Referências**

BRASIL. **Parecer nº 05/2020**, aprovado em 28 de abril de 2020. Conselho Nacional de Educação/CNE. Ministério da Educação/MEC, que dispõe sobre Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19.

CAMPOS, Maria Malta; VIEIRA, Livia Fraga. COVID-19 and early childhood in Brazil: impacts on children's well-being, education and care. **European Early Childhood Education Research Journal**, p. 1-16, 2021.

COUTINHO, A. S.; CÔCO, V. Educação Infantil, políticas governamentais e mobilizações em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, v. 15, p. 1-15, 2020.

CRUZ, Silvia Helena Vieira; MARTINS, Cristiane Amorim; DE ANDRADE CRUZ, Rosimeire Costa. A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e retorno às atividades presenciais. **Zero-a-Seis**, v. 23, n. Especial, p. 147-174, 2021.